

O artigo de abertura do número 113 da *Nação e Defesa*, “As Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América”, resulta da comunicação apresentada no Instituto da Defesa Nacional (IDN) pelo Dr. Rui Machete por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico de 2005/2006. Segundo o autor, apesar da opção europeia do nosso país, as relações bilaterais com os Estados Unidos continuam a merecer um lugar de destaque na estratégia externa de Portugal. Através de uma perspectiva original, o Dr. Rui Machete dedica uma parte substancial da sua análise ao conceito de “soft power”, sublinhando a importância das instituições da sociedade civil, da língua e da cultura portuguesas para a afirmação de Portugal no plano internacional.

O conjunto dos outros artigos é inteiramente dedicado à segurança internacional. O Professor Mendo Henriques e o Major Paradelo, retomam o tema do “soft power”, apresentando o modelo de um projecto de investigação que está a ser conduzido no IDN. A partir do trabalho de Joseph Nye sobre o conceito de “soft power”, os autores procuram construir uma fórmula que permite avaliar, de um modo objectivo, o “soft power” dos Estados. Ainda no âmbito de temas que escapam às análises mais tradicionais da segurança e do poder, o Professor Marques dos Santos procura responder a questões sobre a natureza política e a dimensão espacial da “sociedade civil global”. O argumento do autor aponta para uma relação construtiva entre o processo de globalização e a emergência e consolidação de uma sociedade civil global. Continuando no plano normativo, o Dr. Filipe Lobo d’Ávila discute as implicações da ausência dos Estados Unidos para o futuro não só do Tribunal Penal Internacional mas da própria ideia de justiça penal internacional.

Os outros quatro ensaios adoptam uma perspectiva mais clássica e convencional da segurança internacional, onde senão o “hard power”, pelo menos o “power” mais “hard” é privilegiado em relação ao “soft power”. O Professor Carlos Gaspar oferece-nos uma análise histórica sobre a construção da ordem de segurança europeia após 1945, sublinhando o papel central da relação transatlântica e da cooperação entre as três

principais potências europeias. Segundo o autor, o aprofundamento da política de defesa e segurança europeia poderá contribuir de um modo decisivo para a resolução da crise europeia. Será, no entanto, necessária uma renovação da cooperação estratégica entre Berlim, Londres e Paris. A Dra. Verónica Martins procura explicar as razões que têm impedido de se chegar a uma solução sobre o estatuto final do Kosovo. A análise produz duas conclusões: por um lado, o conflito entre sérvios e albaneses sobreviveu à intervenção militar; assim, por essa razão, a autora considera que a presença militar internacional continua a ser indispensável para a paz no território. O Coronel Mira Vaz trata igualmente da guerra e da paz, abordando a aplicação do paradigma da guerra justa na luta contra o terrorismo. Procura responder a uma questão crucial: “até onde se pode ir na luta contra as ameaças que põe em causa a própria existência da nossa civilização?” Por fim, os Drs. Diana Vieira dos Santos e Henrique Raposo identificam e explicam uma alteração fundamental na política de segurança e defesa dos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001. Gradualmente, Washington tem vindo a prosseguir uma política de alianças bilaterais estratégicas com potências regionais, onde se destaca o Reino Unido, a Austrália, o Japão e, mais recentemente, a Índia. No caso da Europa, esta nova estratégia levanta uma questão relevante: qual será o lugar de uma aliança multilateral como a NATO? De um modo discutível, mas interessante, os autores associam ainda a construção deste novo sistema de alianças ao abandono do “momento neoconservador” e ao regresso a uma orientação diplomática realista, não na tradição continental da “realpolitik”, mas no sentido “anglo-americano” do realismo político.

João Marques de Almeida